

SAPERE AUDE

v. 11, n. 21, Jan./Jun. 2020 – ISSN: 2177-6342

EDITORIAL

DOSSIÊ: ÉTICA, ECONOMIA E NECROPOLÍTICA

João Carlos Lino Gomes*

Uma parte significativa da história do Ocidente foi edificada sobre cadáveres. Mas como a vida humana associada está alicerçada em crenças e valores, as sociedades sempre encontraram alguma forma de justificativa moral para a barbárie, e isso nos coloca um problema interessante que é a necessidade de pensar que nem toda a violência que experimentamos na história é feita por seres humanos despidos de qualquer senso moral ou movidos por distúrbios de ordem mental. Provavelmente, muitos dos que perpetraram as piores atrocidades na história dormiam em paz com a consciência de quem se obrigou a destruir, a matar e a violar para garantir a salvação das almas, o acesso dos selvagens às benesses da civilização ou a necessidade de ser tomado como um guia para seres que jamais atingiriam um uso elevado das propriedades do intelecto.

Seguindo essa linha de raciocínio, não podemos negligenciar o otimismo que esteve na base daquilo que chamamos modernidade e que, apesar de todas as coisas importantes que produziu para o bem-estar humano, teve forte influência nas atrocidades praticadas com relação a povos que viviam fora do universo europeu.

Assim, no alvorecer dos tempos modernos, temos a ciência moderna tirando o ser humano da sua submissão à natureza e colocando-o como senhor deste mundo, onde as sombras da ignorância perdem lugar para a razão iluminada e iluminadora que, através da tradução da natureza em números, consegue extrair do mundo as leis que sustentam o funcionamento de uma realidade que não mais encontra em uma esfera transcendente a sua

* Professor de filosofia na PUC Minas, FAJE e ISTA. E-mail: joaoclino@hotmail.com.

legitimidade. Neste universo quantificado, a complexidade do real está simplificada em fórmulas matemáticas e, acima de tudo, de uma Matemática que ganhou uma enorme capacidade de cálculo com os algarismos arábicos, com a introdução do número zero e com a paulatina perda da convicção de que o conhecimento deve, antes de tudo, elevar os seres humanos às esferas mais altas de uma moralidade fortemente marcada pela religião e pela metafísica clássica.

De forma quase paralela a essa ascensão da razão científica, a modernidade também é palco da mudança de status da esfera econômica (mais tarde denominada economia de mercado) que, de início fundada em trocas simples de mercadorias na praça pública, foi tomando corpo, foi-se abstraindo da experiência cotidiana dos comerciantes individuais e passou, particularmente a partir do século XIX, a dominar o mundo, a estabelecer crenças, a moldar comportamentos e a fabricar ilusões. A partir dessa ascensão do mercado, um novo universo se descortina para o ser humano no Ocidente. Embora a economia, a esfera da satisfação das nossas necessidades materiais, seja importante em qualquer sociedade, anteriormente à constituição da modernidade essa esfera tinha no Ocidente um caráter meramente instrumental, ou seja, a economia era, na antiguidade, um importante instrumento para a manutenção da vida humana, mas estava submetida às outras esferas da vida humana associada. A política e a religião, por exemplo, tinham um lugar fundamental na constituição do universo de valores que concretamente estabeleciam, em um determinado grupo humano, o horizonte de expectativas que possibilitava uma convivência fundada em um certo nível de confiança entre os membros desse grupo (a moral).

Quando a esfera econômica se torna o eixo da nossa vida no Ocidente, uma razão necessariamente identificada com a busca de um bem supremo, de um bem buscado em função de si mesmo, fica, cada vez mais, sem lugar, na ordem da cultura. Embora os esforços intelectuais para manter como foco das nossas vidas a busca desse bem não tenham sido poucos, a modernidade na sua experiência concreta, efetiva, vai se afastar dessa busca em nome do imediato, em nome da satisfação das necessidades materiais em uma sociedade que, unindo a ciência com a técnica, mostra a sua enorme capacidade de dominar a natureza, de produzir coisas e de influenciar as mentes.

Essa razão cujo principal objetivo é ligar meios a fins de forma eficaz (razão instrumental) produz uma verdadeira transformação na cultura ocidental. Não sendo uma razão necessariamente moral, ela produz uma certa moral, um certo conjunto de valores e de expectativas. Ela incentiva e legitima, no horizonte do homem econômico, a competição, a

ambição, o individualismo e, acima de tudo, a crença de que uma vida materialmente satisfeita é a base para uma vida espiritualmente melhor. O problema é que os critérios que usamos para medir o desenvolvimento material de uma sociedade (a organização da sua economia, o nível de educação das pessoas, o nível de desenvolvimento do seu conhecimento técnico) têm uma objetividade e possibilidade de mensuração que não se encontram no plano da vida do espírito e, assim, estabelecer uma relação necessária entre os avanços conseguidos na esfera moral com os obtidos na esfera espiritual torna-se, no mínimo, algo problemático.

É a partir desse problema que podemos compreender o encontro da cultura ocidental com outras culturas fora da Europa, cujos parâmetros para apreender a realidade diferiam, em grande medida, daqueles que estavam fundados na razão instrumental impulsionada pela primazia da economia na ordem social e na força da ciência e da técnica para construir um mundo à imagem e semelhança de um certo conceito de ser humano que, na verdade, era visto como o conceito de humano por excelência. Para que esse conceito se tornasse efetivamente universal, no chamado processo de colonização levado a efeito pelo Ocidente, povos inteiros foram reduzidos à escravidão, e culturas milenares foram destroçadas em nome do progresso, de uma certa fé e de um determinado modelo de civilização.

A violência usada nesse processo era racionalizada, justificada, e aqueles que se julgavam os eleitos deste mundo aparelharam um Estado que, para a expansão de uma cultura genocida, se permitiu matar ou deixar morrer. Esse Estado, produto de uma modernidade em que o espaço público deixa, aos poucos, de ser o lugar das grandes decisões sobre o viver em comum e é invadido pela luta dos indivíduos na tentativa de conseguir a satisfação das suas necessidades materiais, toma para si a administração da vida humana em um mundo que assistiu à redução de tudo a um conjunto de mercadorias cujo valor pode ser objetivamente mensurado, possibilitando, assim, a sua troca no mercado. Por essa via, o necropoder decide quem tem o direito de viver, porque tem valor de mercado, e quem se pode matar ou deixar morrer porque a vida não tem um valor em si mesma, mas só pode ser valorada dentro de um certo jogo de relações em que alguns não podem jogar porque são meros joguetes, simples instrumentos de interesses que muitas vezes nem conseguem compreender.

Essa dissolução moral do humano teve suas consequências políticas. Além de perder o espaço público político para o mercado, o ser humano no Ocidente (e dada a ocidentalização do mundo essas consequências aparecem, muitas vezes, de formas diferentes em países não ocidentais), enfrenta uma degeneração da própria ideia de democracia representativa quando partidos políticos têm dificuldade de representar projetos coletivos e se limitam a lutar por

interesses de grupos de pressão que, em geral, não expressam as expectativas dos menos afortunados. A fragilidade dessa democracia tem sido atestada pela dificuldade que ela encontra em barrar o crescimento no Ocidente de um ultraconservadorismo político tacanho temperado pelo ódio à diferença e por uma falta de capacidade cognitiva para perceber qualquer coisa que vá além do seu preconceito.

É difícil prever o futuro da democracia no tempo posterior a este momento em que a Pandemia da Covid 19 coloca problemas até para a existência do ser humano enquanto tal. O não investimento nos sistemas públicos de saúde, a demora dos Estados em dar uma resposta efetiva ao espalhamento da doença, o sacrifício de vidas humanas para manter a economia funcionando (como se a economia tivesse uma existência em si e por si) formam um conjunto de consequências de um mundo que deveria reaprender que o econômico só tem verdadeiro sentido quando está a serviço de um mundo onde todos os seres humanos possam ter pelo menos a expectativa de que não serão tratados como meros objetos descartáveis.

O presente dossiê coloca em discussão três temáticas que se entrecruzam no horizonte das nossas relações vitais: ética, economia e necropolítica. Os artigos do dossiê estarão assim dispostos: *A configuração ontológico-ética da economia* (Manfredo Araújo de Oliveira), *A política de morte na periferia da governamentalidade neoliberal* (Adriano Negris), *Arendt e a democracia representativa: comentários introdutórios* (José João Neves Barbosa Vicente), *Liberalismo, democracia e a questão do trabalho* (Ana Selva Castelo Branco Albinati), *Georg Lukács: para uma crítica do taticismo stalinista* (Henrique Leão Coelho), *Ética e xamanismo* (Roberto Starling; Rafael Leopoldo), *A concepção de homem na obra a ideologia alemã de Marx e Engels* (Fabiano Veliq), *O paradigma da ética em Platão* (Rafael Lourenço Navarro).

Boa leitura a todos!